

Saúde não faz campanha em favor da limitação

O Ministério da Saúde divulgou ontem nota oficial esclarecendo aspectos do programa de saúde materno-infantil, no qual figura a prevenção de gravidez de alto risco. De acordo com a nota, sobre este assunto específico não serão feitas campanhas de esclarecimento que "poderiam resultar em uma forma de coação intelectual".

Na íntegra, a nota é a seguinte:

Com relação ao programa de saúde materno-infantil cumpre informar:

1) O programa de saúde materno-infantil, aprovado pelo CDS, destina-se a integrar a assistência à maternidade e à infância prestando mais serviços a um número maior de pessoas, prevê uma série de atividades, algumas já tradicionais e outras de caráter inovador.

2) — Dentre as atividades previstas num programa orçado em 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, figura a prevenção da gravidez de alto risco, à qual são reservados apenas 53 milhões de cruzeiros em quatro anos, caracterizando-se assim uma atividade não prioritária.

3) — A prevenção será orientada pelo médico e somente será aplicada após plena aceitação do casal que é o único competente para decidir quanto ao crescimento da família.

4) — A prevenção far-se-á enquanto perdurar o estado mórbido aconselhando o adiamento da próxima gestação.

5) — O programa não visa o controle da natalidade, mas a proteção da maternidade, devendo atender, em média, apenas 13.000 mulheres por ano, número que as estatísticas disponíveis sugerem como o total de gestações de alto risco.

Não há qualquer previsão de distribuição generalizada de anticoncepcionais, restringindo-se o programa aos casos de real necessidade sob o ponto de vista médico e de livre aceitação do casal.

6) — Mesmo nos casos de indicação médica formal, deverá ser rigorosamente respeitada a decisão dos pais, sendo proibida qualquer forma de coação de qualquer tipo.

7) — A prevenção da gravidez de alto risco só se justificará se forem utilizados concomitantemente os recursos para a recuperação da saúde, e a suplementação alimentar, para preparar o organismo para uma gestação normal.

8) — Não serão utilizados métodos abortivos nem procedimentos que importem em modificações anatômicas.

9) — Semelhante programa, interessando, em média, apenas a 13.000 mulheres, não terá influência sobre o crescimento demográfico. Pelo contrário, reduzindo a mortalidade materna e infantil, irá proporcionar um crescimento da população. Seu objetivo não é eliminar a pobreza e sim salvar vidas humanas.

10) — Não haverá campanhas de esclarecimento sobre o assunto, uma vez que semelhantes campanhas poderiam resultar em uma forma de coação intelectual.

Não limita

A mortalidade perinatal é relacionada com a gestação a risco. Não se trata de limitar a natalidade, nem de sustar a explosão demográfica. Trata-se de chegar e dizer a uma mulher que ela já teve seis filhos e que deve esperar para ter outro. Apenas alertar e orientar".

A afirmação foi feita pelo ministro da Saúde, Almeida Machado, ao explicar aos participantes da VI Conferência Nacional de Saúde a importância do programa de saúde materno-infantil aprovado pelo Governo, que tem no item sobre prevenção de gravidez de alto risco o seu ponto polêmico.

Após ler toda a introdução do programa, cujo texto na sua opinião "é até supérfluo" porque um verdadeiro médico — a quem caberá informar, orientar e fornecer os meios se for o caso — não teria coragem de omitir informações diante de uma gestante em risco, Almeida Machado pediu que não se confunda prevenção de gravidez de alto risco com controle demográfico. O programa visa apenas reduzir a mortalidade materna e poderá contribuir, inclusive, para aumentar a população do país, segundo o ministro.

Ressaltou ainda que a omissão é crime não apenas de acordo com o Código de Ética, mas previsto até no Código Penal (Art. 185), que estabelece para aqueles que não prestam a devida assistência pena de detenção de um a seis anos e multa, que poderá ser duplicada se resultar em lesão corporal e triplicar em caso de morte.

No seu entender as críticas continuaram a surgir e o programa "não vai mesmo" extinguir a pobreza como alguns argumentam "mas poderá salvar vidas com as quais o machismo brasileiro nunca deixou que nos preocupássemos, já que nunca se falou em mortalidade materna. A mulher é vista como máquina de prazer e máquina de fazer filhos e o Ministério da Saúde teve agora a coragem de pensar também na mortalidade materna, cujo índice é bastante alto no Brasil comparado a diversos países do mundo".

Entendimento

O ministro Almeida Machado anunciou ontem que, nos próximos 12 meses, tentará negociar com a

Bemfam — Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar — para que ela modifique suas linhas de ação e entenda que distribuir pílulas anticoncepcionais só é válido quando se dá acompanhamento médico, a fim de que possa se integrar ao programa de prevenção da gravidez de alto risco do Ministério da Saúde.

Por acreditar que deve conversar primeiro "antes de impor ordens", o ministro disse que tentará as negociações e só depois partirá para medidas autoritárias. Entretanto, admitiu, as secretarias de Saúde do Nordeste que mantêm convênios com a Bemfam serão convidadas a rever suas posições.

Estes esclarecimentos foram prestados ontem pelo ministro Almeida Machado aos deputados oposicionistas Jaison Barreto, de Santa Catarina, e Fábio Fonseca, de Minas Gerais, que defendem a interferência imediata do Ministério da Saúde para sustar as atividades da Bemfam no Brasil.

Disse ainda o ministro, respondendo ao deputado Jaison Barreto — que lhe pediu para usar mais uma vez a mecânica de interferir na autonomia dos estados, como tem feito ultimamente, e impedir a continuação dos convênios — que negociará com as secretarias, porque elas terão de se adaptar às normas vigentes.

Não é

solução

— O cardeal dom Avelar Brandão Vilela disse ontem que mesmo a Igreja admitindo a hipótese de que o Governo pode organizar programas de planejamento familiar, com "a participação direta e consciente dos interessados", a distribuição de pilulas anticoncepcionais não se constitui numa "solução para as famílias de baixa renda, porque uma solução ou é global, ou simplesmente não é solução".

— Nesta altura das reflexões, convém perguntar: Qual a filosofia do programa? a filosofia ético-econômico-social? Como relacionar o anticoncepcional com tudo aquilo que deve ser feito a favor da vida, dos vivos? O sentido dessas perguntas é de alto interesse nacional, para não se ter a impressão de que agora é que se descobriu em que consiste a solução dos problemas econômicos e sociais do Brasil: evitar que apareçam sempre mais brasileiros — diz o arcebispo na nota que distribuiu ontem e que completou com comentários verbais.

Mais adiante, a nota acrescenta que "não basta para um decidido e bem ordenado programa de planejamento familiar, controlar a taxa de crescimento demográfico. Se essas medidas forem inspiradas pelo franco desapreço ao bem estar do outro, se pretendem funcionar como anestesia dos direitos sociais e culturais da família, passarão à história como tentativa de fuga e omissão, jamais como um verdadeiro caminho para a ordenação dos problemas maiúsculos do país".

Sobre as notícias de que o Ministério da Saúde pretenderia colocar na bula dos anticoncepcionais a serem distribuídos um aviso quanto as posições da Igreja a respeito do problema, dom Avelar disse não acreditar nessa versão, "tão estranha e original ela parece".

Acrescentou que faz um apelo ao ministro da Saúde: "Que não se consuma esta intenção ou deliberação". Dom Avelar alinha várias razões para esse apelo: "Irá criar na mentalidade de tantas famílias simples a idéia de que o Governo está contra a Igreja, quaisquer que sejam as explicações em contrário; irá despertar nessa mesma gente simples uma preocupação de ordem moral que poderá provocar inquietações de consciência".

Dom Avelar lembra também, na nota, que embora a doutrina da Igreja sobre a família seja fundamentalmente a mesma, "ela é capaz de sofrer evolução, isto é, suporta e assimila os efeitos da lei da complementariedade e do aperfeiçoamento dos seus elementos originais".

Diante disso é que a Igreja, segundo dom Avelar, aceita o princípio da "paternidade responsável", ou seja, o direito do casal planejar responsável sua família: "Nesse sentido, o Concílio Vaticano II diz que o matrimônio não foi instituído apenas com o fim proprietário, mas para que o amor recíproco cresça e amadureça".

— A Igreja reconhece que existe o perigo da superpopulação e não quer se comportar diante das previsões como se permanecesse de "olhos fechados" — afirma. E acrescenta que quando o Poder Público se coloca a serviço da família, para fazê-la crescer globalmente e se dispõe a realizar uma obra paciente de educação, sem pressa de chegar temos argumentos de planejamento que não violente os direitos da consciência.

— Mas se a finalidade consiste em fazer baixar apenas a taxa de crescimento populacional, sem atentar